
arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngue



aape | epaa

Arizona State University

Volume 31 Número 82

1 de agosto de 2023

ISSN 1068-2341

Estratégias de Internacionalização de Universidades Brasileiras Participantes do Programa Capes PrInt

Marília Costa Morosini

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Brasil

Vanessa Gabrielle Woicolesco

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Brasil

Jocelia Martins Marcelino



David José Rodrigues Hatsek

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Brasil

Citação: Morosini, M. C., Woicolesco, V. G., Marcelino, J. M., & Hatsek, D. J. R. (2023). Estratégias de internacionalização de universidades brasileiras participantes do Programa Capes PrInt. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 31(82). <https://doi.org/10.14507/epaa.31.7886>

Resumo: A internacionalização da educação superior tem se alterado ao longo do tempo, a partir da indução de programas e fomentos governamentais, e as universidades, respondendo a essas demandas, têm buscado desenvolver ações de internacionalização que abarquem toda a comunidade universitária. Este artigo tem como objetivo analisar as estratégias de internacionalização contidas nos planos e políticas das instituições de educação superior brasileiras que participam do Programa Institucional de Internacionalização – Programa CAPES PrInt. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, realizado a partir de uma pesquisa documental e o tratamento de dados foi realizado com

base na análise de conteúdo. A partir da análise dos dados, cinco áreas prioritárias foram observadas: Ensino; Políticas Linguísticas; Pesquisa; Extensão, Cultura e Arte; e Gestão. Não há predominância de um modelo de internacionalização entre as estratégias desenvolvidas pelas universidades no Brasil, mas o convívio entre as diferentes formas de internacionalização, caracterizando a busca por uma identidade que reflita as características do ensino superior brasileiro. Os resultados revelam a direção que as instituições brasileiras estão adotando rumo à institucionalização da internacionalização e sua contribuição para a consolidação do campo científico sobre a internacionalização da educação superior ao preencher uma lacuna, ainda existente, na literatura brasileira.

Palavras-chave: internacionalização da educação superior; programa CAPES PrInt; política de internacionalização; planos de internacionalização; Brasil

Internationalization strategies of Brazilian universities participating in the Capes PrInt Program

Abstract: The internationalization of higher education has changed over time due to government programs and incentives. In response to these demands, universities have sought to develop internationalization actions that encompass the entire university community. This article aims to analyze the internationalization strategies contained in the plans and policies of Brazilian higher education institutions (HEIs) that participate in the Institutional Internationalization Program – CAPES PrInt Program. This qualitative study was based on content analysis of documentary research. Data analysis showed five priority areas for the HEIs studied: Teaching; Language Policies; Research; Outreach, Culture and Art and Management. Among the strategies developed by HEIs in Brazil, no predominant internationalization model emerged, and the coexistence of several forms of internationalization characterizes the search for plans that reflect the diversity of Brazilian higher education. These results reveal the direction that Brazilian HEIs are taking towards the institutionalization of internationalization and its contribution to the consolidation of the scientific field on the internationalization of higher education.

Keywords: internationalization of higher education; CAPES PrInt program; internationalization policy; internationalization plan; Brazil

Las estrategias de internacionalización de las universidades brasileñas participantes del Programa Capes PrInt

Resumen: La internacionalización de la educación superior ha cambiado a lo largo del tiempo a partir de la inducción de programas e incentivos gubernamentales y las universidades, respondiendo a estas demandas, han buscado desarrollar acciones de internacionalización que abarquen a toda la comunidad universitaria. Este artículo tiene como objetivo analizar las estrategias de internacionalización contenidas en los planes y políticas de las instituciones de educación superior brasileñas que participan del Programa de Internacionalización Institucional - Programa CAPES PrInt. Se trata de un estudio cualitativo, realizado a partir de una investigación documental y el tratamiento de los datos se realizó a partir del análisis de contenido. A partir del análisis de los datos, se observaron cinco áreas prioritarias: Enseñanza; Políticas Lingüísticas; Investigación; Extensión, Cultura y Arte y Gestión. Entre las estrategias de internacionalización desarrolladas por las universidades de Brasil no se observa el predominio de un modelo de internacionalización, sino la coexistencia entre diferentes formas de internacionalización, caracterizando la búsqueda de una identidad que refleje las características de la educación superior brasileña. Los resultados revelan la dirección que las instituciones brasileñas están tomando hacia la institucionalización de la internacionalización y su contribución a la consolidación del campo científico sobre la internacionalización de la educación superior.

Palabras-clave: internacionalización de la educación superior; programa CAPES PrInt; política de internacionalización; planes de internacionalización; Brasil

Estratégias de Internacionalização de Universidades Brasileiras Participantes do Programa Capes PrInt

A Internacionalização da Educação Superior e suas finalidades têm se alterado ao longo do tempo. Há uma mudança no ethos da internacionalização, e as Instituições de Educação Superior (IES) têm buscado desenvolver ações que abarquem toda a comunidade universitária. Essa perspectiva está alinhada à atual agenda da internacionalização, a qual requer uma perspectiva abrangente (Hudzik, 2015; McManus & Nobre, 2017) e sustentável (De Wit, 2017; Woicolesco et al., 2022). Nesse contexto, as IES se tornam responsivas aos desafios da sociedade do conhecimento e a internacionalização se “constitui como uma resposta proativa do mundo acadêmico frente à dinâmica global, que favorece uma práxis educativa estratégica, projetada para o mundo e coerente com as demandas e necessidades locais para o desenvolvimento sustentável” (Gacel-Ávila, 2018, p. 61).

Esse processo é acompanhado pela evolução do conceito de internacionalização da Educação Superior que avançou, nas últimas décadas, de uma compreensão fragmentada e marginal para um tema prioritário na agenda das IES e dos governos em todo o mundo (De Wit, 2017). A Internacionalização da Educação Superior é definida como “processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária” (Knight, 2004, p. 11). Com o intuito de responder aos desafios emergentes que a internacionalização enfrenta, com o avanço do desenvolvimento da sociedade, uma nova dimensão para esse conceito foi proposta por De Wit et al. (2015). Para os autores, a Internacionalização da Educação Superior é “o processo intencional de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global no propósito, funções e entrega do ensino pós-secundário, a fim de melhorar a qualidade da educação e da pesquisa para todos os alunos e funcionários e fazer uma contribuição significativa para a sociedade” (De Wit et al., 2015, p. 29).

Essa interação é realizada, segundo Morosini (2021), a partir de relações com países de todas as regiões do globo, privilegiando as diferenças culturais, alcançando as comunidades locais e permitindo que, por meio do desenvolvimento sustentável, a cidadania global seja alcançada. As atuais concepções de internacionalização, desse modo, estão alinhadas com os desafios enfrentados pelas IES e complementam os conceitos propostos por Knight (2004) e por De Wit et al. (2015).

As políticas de Internacionalização da Educação Superior acompanham o movimento de atualização do conceito, pois, conforme a internacionalização adquire maior importância no âmbito das IES, a implementação de políticas, planos, estratégias, ações e indicadores se torna necessária. Isso porque, “a internacionalização não é mais uma questão além da vida acadêmica. Deve estar no âmbito das políticas e decisões estratégicas dos conselhos institucionais superiores. Ela deixa de ser uma opção e se transforma em uma meta a ser alcançada, com razões evidentes para isso” (Stallivieri, 2017, p. 19).

O processo de elaboração de políticas e planos institucionais de internacionalização nas IES é marcado por muitos desafios, pois o consenso sobre esse paradigma a ser defendido pela instituição depende de um processo que deve atingir todos os níveis da instituição, historicamente marcada por uma estrutura hierarquizada e independente (Childress, 2009). Para a autora, as IES afirmam o compromisso com a internacionalização em suas políticas e planos, ao alinharem os desafios contemporâneos da Educação Superior com seus valores e missão. Desse modo, ao definirem metas e estratégias institucionais que contribuem para o processo de integração de uma

dimensão internacional em suas funções, envolvem toda a comunidade universitária na consecução do compromisso firmado (Hudzik, 2015).

Ao assumirem a internacionalização como um compromisso institucional, as IES direcionam seus esforços para a superação dos obstáculos inerentes à mudança da cultura institucional (Childress, 2009). Por meio do estatuto da autonomia universitária, essas instituições têm a oportunidade de “construírem espaços de internacionalização alicerçados nos princípios de solidariedade, justiça social e redes de conhecimento” (Fávero & Trevisol, 2020, p. 56).

No final de 2017, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de colaborar com a implantação da internacionalização integral na Educação Superior brasileira, fomentou a construção de um processo mais sólido, focado em instituições que já tivessem uma política institucional voltada à internacionalização e que demonstrassem potencial para o desenvolvimento desse tipo de programa (Morosini, 2021).

Como as transformações sociais impactam as IES e o sistema de Educação Superior como um todo, é relevante identificar como essas mudanças estão sendo processadas nas universidades brasileiras. Quando analisado o atual panorama da Internacionalização da Educação Superior no Brasil, Morosini (2021) aponta como desafios:

internacionalização como critério de qualidade; forte presença do conceito de internacionalização como mobilidade presencial; carência de políticas para a implantação da internacionalização na graduação e, na pós-graduação, restrita a poucas instituições e não ao sistema; acanhada tendência a um modelo de internacionalização integral na instituição em direção a países do global norte; virtualização da internacionalização; e, desafio de uma internacionalização como integração universitária. (p. 363)

Este artigo tem como objetivo analisar as estratégias de Internacionalização da Educação Superior contidas nos planos e nas políticas das universidades brasileiras que participam do Programa CAPES PrInt. Este estudo revela a direção que as IES brasileiras estão adotando rumo à institucionalização da internacionalização e contribuiu para a consolidação do campo científico sobre a Internacionalização da Educação Superior ao preencher essa lacuna na literatura.

O texto está dividido em três seções, além da introdução. Na primeira, é exposta a metodologia utilizada para a realização da pesquisa e, na segunda, apresentam-se a análise e a discussão dos resultados. A terceira parte é composta pelas considerações finais.

Procedimentos Metodológicos

O desenho metodológico desta pesquisa tem caráter qualitativo (Quivy & Campenhoudt, 1992), tendo sido utilizada a pesquisa documental na condução da investigação acerca do objeto de estudo. Justifica-se a escolha da pesquisa documental em razão de a fonte de dados ser composta por documentos institucionais das universidades brasileiras participantes do Programa CAPES PrInt, publicizados em seus sites na forma de políticas e planos. Desse modo, o conjunto de documentos utilizados nesta pesquisa, denominado corpus, constitui-se como fonte estável de dados relacionados aos meandros envolvidos na institucionalização do processo de internacionalização das universidades brasileiras.

O corpus desta pesquisa é constituído pelos planos e/ou políticas de internacionalização das 36 universidades participantes do Programa CAPES PrInt. A coleta dos dados nos endereços eletrônicos das universidades foi realizada entre os meses de maio e setembro de 2021 e todas as informações contidas neste trabalho são de domínio público.

Para o tratamento e a análise dos dados que compõem o corpus desta pesquisa, utilizou-se a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Segundo a autora, na análise de conteúdo há diferentes fases

que se organizam em torno de três polos cronológicos: a) a pré-análise; b) a exploração do material; e c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise deu-se a partir da leitura fluente dos documentos, que é o primeiro contato do pesquisador com os textos a serem analisados. Após a leitura do material coletado, foi elaborado um arquivo doc. com as estratégias de cada instituição. A fim de manter seu anonimato, as instituições foram codificadas segundo o número de sua inserção no banco de dados, sendo apresentadas como IES 1, IES 2, IES 3, e assim sucessivamente. Destaca-se que esses documentos não têm redação homogênea em razão de não haver a exigência de uma padronização, bem como pela natureza da autonomia universitária. Para esta investigação, foram extraídos dos documentos analisados estratégias e ações prioritárias para o quadriênio 2018-2023, período de vigência do referido programa. Durante a coleta de dados, não foram localizados nos endereços eletrônicos de duas IES os documentos institucionais com a política e/ou plano de internacionalização e embora tenham sido solicitados por e-mail às instituições, não foi obtido êxito com a solicitação.

Na fase de exploração do material para tratamento dos resultados, os dados foram classificados por áreas de abrangência, formando, assim, cinco categorias analíticas: Políticas para a Internacionalização do Ensino; Políticas Linguísticas; Políticas para a Internacionalização da Pesquisa; Políticas para a Internacionalização da Extensão, Cultura e Arte; e Políticas para a Gestão da Internacionalização. Essas categorias possibilitam uma reconstrução lógica do corpus, à luz do objetivo da pesquisa. Nos Quadros 1 a 5, mencionados mais adiante, constam as estratégias mais expressivas no total do corpus de análise, conforme cada categoria analítica.

A apresentação da análise e discussão dos resultados foram realizadas em duas etapas: na primeira, realizou-se a descrição dos dados encontrados; na segunda, foram apresentadas as inferências construídas pelos pesquisadores ao longo da investigação, tendo como base os marcos teóricos nos quais este estudo foi alicerçado.

O Programa CAPES PrInt

No âmbito da Educação Superior brasileira, a CAPES financia um conjunto de ações e programas que visam fomentar o processo de internacionalização nas IES, como o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação, o Programa Professor Visitante do Exterior, o Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior, bem como concede bolsas e auxílios para estudantes e docentes realizarem estudos e pesquisas no exterior. Entre as iniciativas está o Programa Institucional de Internacionalização – Programa CAPES PrInt, que tem como vigência o período de 2018 a 2023. Instituído pela CAPES em 2017, tem o objetivo de:

Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas; estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação; ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas; promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* com cooperação internacional; fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional e integrar outras ações de fomento da CAPES ao esforço de internacionalização. (CAPES, 2017, pp. 1-2)

O único edital do Programa (Edital CAPES nº 41/2017), lançado em novembro de 2017, contou com uma previsão orçamentária anual de até 300 milhões de reais. As instituições selecionadas

deveriam atender aos seguintes requisitos: ter quatro programas de pós-graduação, sendo pelo menos dois com cursos de doutorado, todos avaliados com, no mínimo, nota 4 na Avaliação Quadrienal de 2017 (CAPES, 2017).

O Programa contemplou 36¹ das 2.608 IES do País, distribuídas em quatro das cinco regiões brasileiras. Como característica das IES que participam do Programa CAPES PrInt, destaca-se que, em relação à distribuição geográfica no território nacional, seis estão localizadas no Nordeste, duas no Centro-Oeste, 20 no Sudeste e oito na região Sul, indicando que há uma lacuna no Programa quanto à sua incidência em IES da região Norte. A esse respeito, Rosa et al. (2022) argumentam em favor da necessidade de a CAPES criar uma versão do Programa para:

IES emergentes, que não estejam ranqueadas em uma posição de disputar em condições de igualdade com as instituições ranqueadas como as melhores do País, ou neste caso, as mais estruturadas para o desenvolvimento de ações de internacionalização, mas que, ainda assim, possam planejar em longo prazo um aditamento nas suas ações de internacionalização institucional. (p. 66)

Quanto à natureza jurídica, 27 são IES públicas federais, quatro são IES públicas estaduais e cinco são IES privadas sem fins lucrativos.

Como requisito, as instituições deveriam apresentar um Plano Institucional de Internacionalização, ou documento congênere, e compor um Projeto Institucional de Internacionalização, no qual precisavam “indicar os seus temas prioritários para as ações de internacionalização a serem desenvolvidas de acordo com as competências e as áreas prioritárias definidas pela Instituição proponente” (CAPES, 2017, p. 3).

Segundo o edital (CAPES, 2017), deveriam constar no Projeto Institucional de Internacionalização as estratégias que consolidassem as parcerias existentes e a busca por novas; a atração de discentes estrangeiros, docentes e pesquisadores com experiência internacional para períodos de atuação no Brasil; a preparação de docentes e discentes para o período no exterior e para a disseminação do conhecimento e experiência adquiridos no exterior.

As principais ações fomentadas pelo programa são: missões de trabalho no exterior, recursos para manutenção de projetos de pesquisa em cooperação internacional, bolsas no exterior para doutorado-sanduíche, professor visitante sênior para estágio no exterior, professor visitante júnior (pós-doutorado) no exterior, capacitação em cursos de curta duração ou summer/winter schools, bolsas no país para atração de professores estrangeiros, jovens talentos e pós-doutorandos estrangeiros e brasileiros com experiência no exterior (CAPES, 2017). Também há, no edital, a indicação de países prioritários, com os quais a cooperação científica tem se mostrado mais efetiva, para o incentivo de ações: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá,

¹ Fundação Getúlio Vargas (FGV), FIOCRUZ, Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Brasília (UnB), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e Universidade de São Paulo (USP).

China, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Índia, Irlanda, Itália, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Reino Unido, Rússia, Suécia e Suíça (CAPES, 2017, anexo 1).

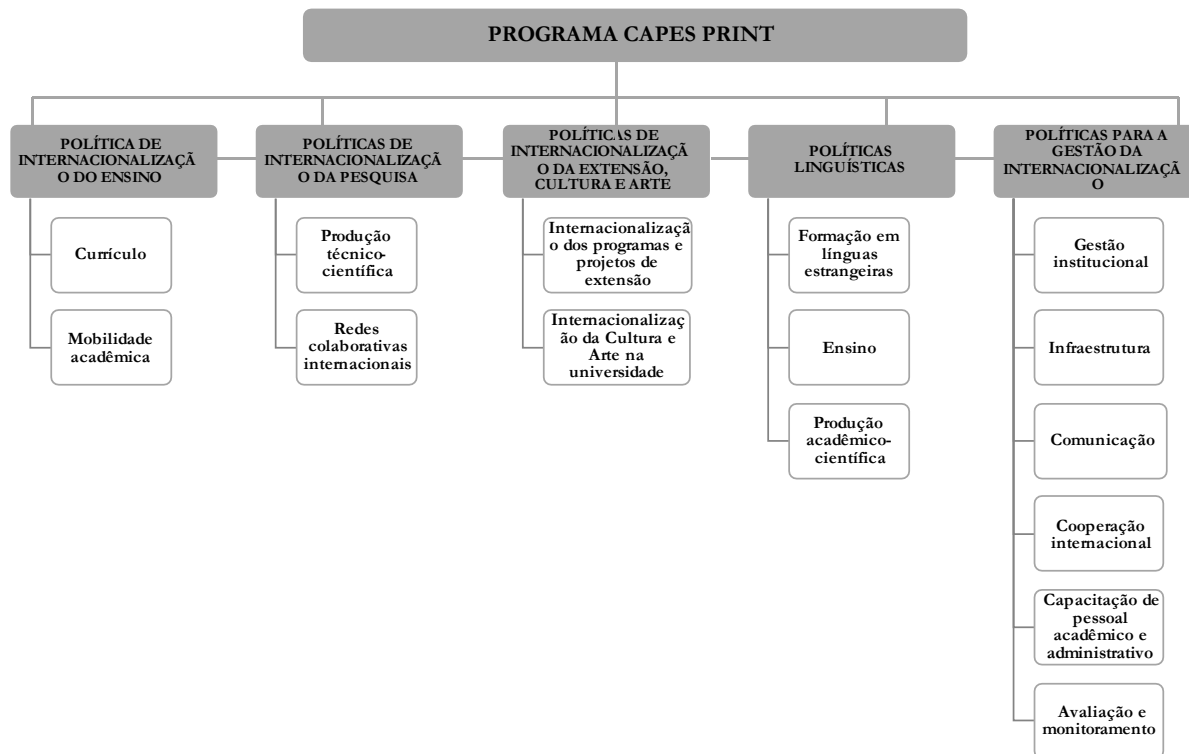
Políticas de Internacionalização das Instituições Participantes do Programa CAPES PrInt

Como o imperativo da internacionalização tem se alterado ao longo do tempo, as universidades têm buscado desenvolver políticas e ações de internacionalização que abarquem toda a comunidade universitária. Para isso, a internacionalização deve ser assumida como transversal às missões de ensino, pesquisa e extensão, bem como na gestão universitária, o que exige uma ação articulada e planejada na IES. Essa perspectiva enseja que a internacionalização ocupe um papel estratégico nas ações, nos planos e nas políticas das IES, alinhando os desafios contemporâneos da Educação Superior com os valores e missão institucionais.

Após análise das políticas e planos de internacionalização das 36 IES que participam do Programa CAPES PrInt, identificou-se como políticas prioritárias para todas as instituições investigadas: Políticas para a Internacionalização do Ensino; Políticas Linguísticas; Políticas para a Internacionalização da Pesquisa; Políticas para a Internacionalização da Extensão, Cultura e Arte; e Políticas para a Gestão da Internacionalização, conforme apresentado na Figura 1. A seguir, serão apresentadas as análises referentes a cada uma das políticas de internacionalização identificadas no estudo.

Figura 1

Políticas de internacionalização das IES brasileiras participantes do Programa CAPES PrInt



Nota: Elaborado a partir dos planos e políticas de Internacionalização das instituições que participam do Programa CAPES PrInt

Políticas para a Internacionalização do Ensino

As Políticas para a Internacionalização do Ensino são uma das prioridades identificadas nos planos de internacionalização das IES que participam do Programa CAPES PrInt. Embora o critério de participação na chamada inicial do Programa CAPES PrInt tenha sido a IES ter programas de pós-graduação com os conceitos muito bom ou excelente na avaliação CAPES (conceitos 5, 6 e 7), a inclusão da graduação nas políticas destinadas à internacionalização do ensino está articulada com a premissa do próprio programa, a qual visa fomentar a internacionalização integral, não apenas da pós-graduação. No Quadro 1, apresentam-se as principais políticas de internacionalização do ensino de graduação e pós-graduação, bem como as áreas e estratégias que foram mais comuns em todos os documentos analisados.

Quadro 1

Políticas para a Internacionalização do Ensino

Área prioritária	Estratégias	Nº de IES que contemplam a estratégia
Currículo	Fomentar a cotutela	21
	Fomentar a dupla diplomação	20
	Incentivar o reconhecimento de créditos cursados no exterior	13
	Possibilitar a flexibilização curricular	11
	Ofertar <i>Summer/Winter Schools</i> ²	11
	Ofertar módulos ou disciplinas em consórcio com instituições internacionais	7
	Incentivar a realização/participação em COIL ³ /MOOC ⁴ ou <i>Virtual Exchange</i> ⁵	8
	Promover a formação sanduíche	6
	Propiciar atividades pedagógicas que articulem os conhecimentos local, regional e global	6
	Estimular a participação em estágios no exterior	4
Mobilidade acadêmica	Fomentar a vinda de estrangeiros (docentes, pesquisadores e estudantes)	22
	Promover a mobilidade docente, discente e técnico-administrativo	15
	Implementar uma política de atração e acolhimento de estudantes, docentes e pesquisadores internacionais	13
	Promover o acolhimento e assistência a docentes, técnico-administrativos e estudantes internacionais	10

Nota: Elaborado a partir dos planos e políticas de internacionalização das instituições que participam do Programa CAPES PrInt

² *Summer/Winter Schools* são cursos oferecidos pelas IES no período de férias de inverno e de verão que podem gerar crédito. Caracteriza-se como uma modalidade de intercâmbio acadêmico internacional, visto que tem grande potencial de atrair estudantes estrangeiros.

³ *Collaborative Online International Learning* (COIL) são projetos desenvolvidos entre professores de distintas nacionalidades, com o objetivo de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem, nos quais as dimensões internacionais e interculturais são exploradas por meio da tecnologia e da interação *on-line*.

⁴ *Massive Open Online Course* são cursos no formato de educação a distância, oferecidos em plataformas virtuais, grande parte deles por instituições acadêmicas, disponibilizados para qualquer pessoa que tenha acesso à internet. Os estudantes aprendem de forma independente, sem a necessidade de seguir um cronograma específico. Outra característica é que o número de alunos é ilimitado e eles estão separados tanto pelo espaço quanto pelo tempo.

⁵ *Virtual Exchange* refere-se a projetos e atividades colaborativas desenvolvidos com parceiros de outros contextos culturais geográficos, nos quais grupos de estudantes estabelecem interações interculturais em ambientes virtuais de aprendizagem.

Conforme apresentado no Quadro 1, as políticas voltadas para a internacionalização do ensino de graduação e pós-graduação são constituídas a partir de duas áreas prioritárias: currículo e mobilidade acadêmica. A internacionalização do currículo compõe a atual política de ensino de graduação e de pós-graduação das IES analisadas, cujas estratégias se configuram a partir da constatação da necessidade de incorporar nas atividades pedagógicas os conhecimentos local, regional e global; ofertar cursos e disciplinas em parceria com instituições internacionais; ofertar cursos de curta duração, como *Summer/Winter Schools*; estimular a participação dos estudantes em estágios no exterior; promover a formação sanduíche; facilitar o processo de reconhecimento de créditos cursados no exterior; e estimular a formação acadêmica internacional a partir da dupla diplomação ou em cotutela.

Nos cursos de graduação, os créditos referentes às disciplinas cursadas nas IES estrangeiras, em até dois semestres, podem ser reconhecidas na instituição de origem, mediante um plano de estudos prévio. Na pós-graduação, compreende o reconhecimento de, no máximo, quatro disciplinas cursadas em outras instituições em igual nível de formação. “Isso, de certa forma, motiva os estudantes a praticar mobilidade acadêmica, com realização de parte de seu currículo em outras instituições do exterior, fortalecendo a sua formação acadêmica” (IES 1, 2017, p. 84).

A perspectiva da internacionalização virtual também foi identificada em alguns planos de internacionalização, e as instituições têm incentivado a realização e a participação da comunidade acadêmica em projetos de COIL, MOOC’S e *Virtual Exchange*. Uma das estratégias que contribuiu para isso foi “auxiliar as unidades acadêmicas no desenvolvimento de programas internacionais para intercâmbios e formação de redes de colaboração, com ênfase na utilização de tecnologias para conectar estudantes, servidores em todo o mundo” (IES 2, 2018, p. 16).

As estratégias de internacionalização voltadas à mobilidade acadêmica também foram observadas como uma das áreas prioritárias para a internacionalização do ensino. Na perspectiva de promover a mobilidade acadêmica no exterior (out), ações para incentivar a participação de professores, estudantes e técnicos em ações ou estudos fora do País foram observadas. O fomento à participação dos docentes em mobilidade no exterior é precedido pela capacitação destes para “prospecção de novas oportunidades de colaboração internacional, com conhecimento mais amplo das atitudes internacionais” (IES 3, 2018, p. 6). Desse modo, o docente que vivencia a colaboração internacional deixa de atender apenas a uma perspectiva individual e passa a relacionar a experiência aos interesses institucionais – assim, um servidor em mobilidade acaba se tornando um embaixador da instituição e pode contribuir para agregar outros grupos ou produtos desenvolvidos no contexto internacional (IES 3, 2018).

A acolhida e assistência aos parceiros internacionais durante o tempo de permanência no país foi uma preocupação de várias instituições, e tanto ações destinadas ao acolhimento como a efetivação de uma política específica para atração e acolhimento de estudantes, docentes e pesquisadores internacionais foram consideradas importantes pelas IES que participam do CAPES PrInt.

O reconhecimento de que a experiência da mobilidade acadêmica não se resume à sala de aula, envolvendo também o acolhimento e a integração dos estudantes internacionais nas demais atividades oferecidas pelas instituições, é uma premissa em diversos planos e políticas analisados. Um exemplo é um programa de acolhimento de estudantes internacionais de graduação cujo objetivo é integrá-los com os demais estudantes da instituição. Organizados de maneira voluntária, os alunos brasileiros são responsáveis por “apadrinhar” os colegas internacionais quando da sua chegada ao Brasil, auxiliando-os em todas as áreas necessárias. Quando o acompanhamento do estudante internacional é encerrado, “e depois da entrega do relatório final, são concedidos certificados de participação àqueles que cumpriram com suas obrigações junto ao Buddy Program, que se transformam em créditos no curso de graduação” (IES 4, 2018, p. 29).

No que se refere ao processo formativo na graduação e na pós-graduação, identificou-se como premissa central a flexibilização curricular a partir do trabalho colaborativo em redes, tendo em vista que as IES apontaram como estratégias para a internacionalização do ensino ações que envolvem parceiros internacionais para sua consecução. Isso porque essas redes colaborativas têm um papel relevante nos processos de internacionalização e permitem a inserção das IES em cenário internacional.

Embora os planos de internacionalização analisados tenham sido elaborados antes do advento da pandemia de COVID-19, observou-se que a incorporação das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) já era identificada como uma ação estratégica para ampliar as oportunidades de internacionalização para toda a comunidade acadêmica. Essa tendência oferece oportunidades para que os estudantes obtenham muitas das vantagens da internacionalização, como aprender por meio de abordagens que fomentem a compreensão e o respeito às diferenças culturais, favorecendo a construção de soluções coletivas para problemas locais e globais, ao mesmo tempo em que permanecem “em casa” (Mittelmeier et al., 2020). Esse modelo de internacionalização tem a capacidade de abranger um maior número de estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo e de fortalecer as parcerias internacionais, o que se apresenta como uma perspectiva mais equitativa da Internacionalização da Educação Superior (Woicolesco et al., 2022). Para as autoras, a incorporação das TDICs na internacionalização não diminui a importância da mobilidade acadêmica para a aprendizagem e para o exercício da cidadania global, mas amplia o repertório de estratégias institucionais e acadêmicas que permitem tanto o aumento de parcerias para intercâmbios internacionais quanto o envolvimento de novos atores nesse processo.

A mobilidade acadêmica internacional, como componente das políticas de internacionalização do ensino, é apresentada pelas IES em sua forma tradicional, ou seja, *ingoing* (atração de estudantes, professores e pesquisadores) e *outgoing* (oportunidades para os membros da comunidade acadêmica no exterior). Embora a ênfase na mobilidade acadêmica possa ser observada como estratégia para a internacionalização do ensino nos planos das IES participantes do Programa CAPES PrInt, atualmente o número de estudantes móveis brasileiros é de 81.151, que corresponde a uma taxa de 1,4% do total de estudantes matriculados na Educação Superior no país (UNESCO, 2022).

Além disso, o Brasil também não é um dos destinos mais procurados pelos estudantes internacionais que realizam mobilidade acadêmica durante seu processo formativo. Atualmente, 22.364 estudantes internacionais estão realizando seus estudos no Brasil, os quais representam apenas 0,4% do total de estudantes em mobilidade acadêmica no mundo (UNESCO, 2022).

Políticas Linguísticas

As Políticas Linguísticas para a internacionalização nas IES participantes do Programa CAPES PrInt são configuradas a partir de um conjunto de ações contidas em seus planos de internacionalização que visam desenvolver habilidades linguísticas em diferentes idiomas na comunidade acadêmica e se constituem como um subconjunto das Políticas para a Internacionalização do Ensino. No Quadro 2, são apresentadas as áreas estratégicas definidas pelas IES que participam do Programa CAPES PrInt para essa política.

Conforme apresentado no Quadro 2, foram observadas três áreas prioritárias a serem desenvolvidas no âmbito das Políticas Linguísticas: formação acadêmica, ensino e produção acadêmico-científica. Em relação à formação acadêmica, as principais estratégias identificadas foram a oferta de cursos de línguas estrangeiras e português como língua adicional, e a criação de cursos de curta duração em língua estrangeira. As Políticas Linguísticas voltadas ao ensino contemplam a oferta de disciplinas e o fornecimento da documentação acadêmica (ementas das disciplinas e históricos escolares) em línguas estrangeiras na graduação e na pós-graduação. O estímulo à internacionalização

da produção acadêmico-científica pode ser realizado a partir de estratégias como promoção de exames de proficiência (línguas estrangeiras e português), contratação de docentes bilíngues e/ou internacionais, oferta de cursos de escrita acadêmica em língua estrangeira e fomento à composição de bancas com membros internacionais.

Quadro 2

Políticas Linguísticas

Área prioritária	Estratégias	Nº de IES que contemplam a estratégia
Formação em línguas estrangeiras	Ofertar cursos de línguas estrangeiras	20
	Ofertar cursos de português como língua adicional	16
	Criar cursos de curta duração em língua estrangeira	9
Ensino	Ofertar disciplinas em língua estrangeira, na graduação e/ou pós-graduação	28
	Fornecer as ementas/históricos escolares das disciplinas em línguas estrangeiras	5
Produção acadêmico-científica	Promover exames de proficiência (línguas estrangeiras e português)	9
	Promover a contratação de docentes bilíngues e/ou internacionais	6
	Ofertar cursos de escrita acadêmica em língua estrangeira	2
	Fomentar a composição de bancas com membros internacionais	2

Nota: Elaborado a partir dos planos e políticas de internacionalização das instituições que participam do Programa CAPES PrInt.

A análise desta política indica que a oferta de disciplinas em línguas estrangeiras é uma das ações mais previstas na busca pela internacionalização e está presente nos planos de 28 IES que participam do Programa CAPES PrInt. A relevância das Políticas Linguísticas no contexto da internacionalização está evidenciada no plano de internacionalização da IES 5, o qual considera que “uma política linguística – pautada em modelos plurilíngues que favoreçam a aprendizagem de línguas estrangeiras – será fundamental para o incremento do multilinguismo [...]” nas universidades (IES 5, 2018, p. 27).

A oferta de cursos de línguas estrangeiras e português como língua adicional tem como objetivo possibilitar o domínio de um ou mais idiomas pela comunidade acadêmica. Essas são ações prioritárias contidas nas políticas ou planos de internacionalização de 24 das 36 IES analisadas. Um dos exemplos que ilustra a importância dessa estratégia é o fortalecimento das estruturas institucionais que são responsáveis pela condução das Políticas Linguísticas, como o Instituto de Línguas – Unilínguas, que oferta cursos “especializados em nove idiomas: inglês, alemão, mandarim, espanhol, francês, italiano, japonês, coreano e português do Brasil para estrangeiros” (IES 6, 2018, p. 12).

Com relação ao estímulo da internacionalização da produção acadêmico-científica no âmbito das Políticas Linguísticas, este é executado por meio da participação dos estudantes de graduação e pós-graduação em ações de programas destinados ao ensino de línguas estrangeiras, as quais são reconhecidas como atividade para integralização curricular (IES 7, 2018).

A análise das Políticas Linguísticas permitiu identificar sua transversalidade em relação às demais políticas para a internacionalização, pois influencia e interfere nas ações relacionadas de toda a instituição. Para Silva, Pereira e Araújo (2019, p. 135), “o ensino-aprendizagem de línguas voltado para processos de internacionalização, invariavelmente, deve-se pautar no plurilinguismo” como forma de promover “a chamada desterritorialização linguística, [...] uma vez que as identidades passam a ser o eixo norteador da constituição do sujeito a partir da sua relação indissociável com a

língua/cultura”. O domínio de uma língua estrangeira possibilita o desenvolvimento da interculturalidade, uma vez que permite a comunicação e facilita as relações entre povos e nações.

Ao longo do estudo, percebe-se que é dada prioridade para o ensino e a aprendizagem da língua inglesa, seguida pela língua espanhola; as línguas francesa, italiana e alemã aparecem em um menor número de ações descritas pelas instituições que participam do programa analisado.

Políticas para a Internacionalização da Pesquisa

As Políticas para a Internacionalização da Pesquisa apresentadas pelas IES participantes do Programa CAPES PrInt são configuradas a partir de um conjunto de estratégias e ações que buscam incorporar uma dimensão internacional na produção técnico-científica e na consolidação de redes colaborativas com instituições e parceiros de outros países. No Quadro 3, são apresentadas as áreas prioritárias e estratégias definidas por essas instituições para a internacionalização da pesquisa.

Quadro 3

Políticas para a Internacionalização da Pesquisa

Área prioritária	Estratégias	Nº de IES que contemplam a estratégia
Produção técnico-científica	Estimular a produção intelectual colaborativa com parceria internacional	12
	Incrementar a captação de recursos nacionais e internacionais	12
	Promover o apoio à participação em eventos realizados no exterior	11
	Promover eventos internacionais na instituição	10
	Estimular a publicação de artigos em periódicos internacionais	10
	Promover a divulgação da pesquisa (produtos, grupos, projetos, infraestrutura e do ecossistema de inovação)	7
Redes colaborativas internacionais	Promover visitas técnicas e missões em instituições no exterior	11
	Incentivar a atração de pesquisadores internacionais	10
	Fomentar a participação em grupos de pesquisa com projeção internacional	9
	Promover a criação de projetos com participação de docentes e pesquisadores internacionais	6
	Instituir ou fortalecer o Programa de Cátedras	4

Nota: Elaborado a partir dos planos e políticas de internacionalização das instituições que participam do Programa CAPES PrInt

De acordo com os dados apresentados no Quadro 3, destaca-se como prioritária a internacionalização da produção técnico-científica a partir do estímulo à elaboração e à publicação em língua estrangeira, bem como do seu desenvolvimento por meio de colaborações internacionais, fortalecimento do processo de captação de recursos nacionais e internacionais para fomento à pesquisa, realização de eventos com perspectivas internacionais nas instituições brasileiras e estímulo à participação dos membros da comunidade acadêmica em eventos realizados no exterior, incentivo à participação em grupos de pesquisa com projeção internacional e fortalecimento do processo de divulgação da pesquisa realizada em instituições estrangeiras.

Para uma das instituições analisadas, “um destacado limitador para a produção científica internacional refere-se à frequente dificuldade de preparar e redigir, em língua estrangeira, produção científica com qualidade compatível àquela exigida em veículos internacionais de divulgação” (IES 8, 2018, p. 19). Por isso, uma das estratégias utilizadas para enfrentar essa realidade é a criação de um programa de apoio à revisão e à tradução da produção científica da instituição para circulação internacional.

Na área prioritária redes colaborativas internacionais, identifica-se que há predomínio para o estímulo à constituição de redes com instituições e parceiros de outros países, incluindo promoção de missões e visitas técnicas, incentivo à atração de pesquisadores internacionais, melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, fomento à criação de projetos com participação de docentes e pesquisadores internacionais e instituição ou fortalecimento do Programa de Cátedras⁶.

O Programa de Cátedras tem sua relevância para a internacionalização da pesquisa e o fortalecimento das redes colaborativas com parceiros internacionais, tendo em vista que entre seus resultados estão a produção científica compartilhada e o estabelecimento de cooperação de longo prazo (IES 10, 2018).

A constituição e o fortalecimento das redes colaborativas internacionais são potencializados quando a IES prioriza “[...] o fomento à participação da comunidade acadêmica em redes internacionais”, a instituição destaca que o processo de internacionalização da pesquisa se torna mais célere, tendo em vista que “esse processo avança mais rapidamente quando há afinidades técnicas e de relacionamento entre os pesquisadores envolvidos” (IES 9, 2018, p. 9). Como estratégia, destaca-se a qualificação do corpo docente mediante as oportunidades de bolsas para pós-doutorado e missões de trabalho no exterior, bem como para professor visitante, jovem talento com experiência no exterior.

Na análise das estratégias voltadas para a internacionalização da pesquisa, identificou-se que o trabalho a partir de redes colaborativas é uma premissa que tangencia a maioria (75%) dos planos de internacionalização analisados. Os dados desta pesquisa revelam que é a partir desse modelo de rede que a produção técnico-científica internacionalizada se consolida nas IES brasileiras que participam do Programa CAPES PrInt. Vale destacar que o trabalho em rede possibilita as inovações docentes e a abertura de novos espaços para o incremento do ensino e da pesquisa em âmbito internacional, o que oportuniza a visibilidade de grupos e instituições, também no caso da pesquisa. A heterogeneidade dos componentes dos grupos torna o processo de pesquisa desafiador e proporciona originalidade e solidez nos resultados, permitindo realizar monitoramento para detectar erros ou inconsistências nos dados encontrados. No caso de estudantes de graduação e pós-graduação, as redes propiciam o acesso a diferentes abordagens do conhecimento e especificidades de outros territórios acerca de uma temática específica (Pastor & Torres, 2018).

O fortalecimento das parcerias internacionais para pesquisa ocorre em duas direções: por um lado, a atração de docentes e pesquisadores internacionais para o Brasil; por outro lado, a participação de membros da comunidade acadêmica em missões de pesquisa, estágios de pós-doutorado e eventos no exterior.

A internacionalização da pesquisa produzida nas IES que participam do Programa CAPES PrInt defronta-se com os limites do domínio de uma língua estrangeira, visto que “as línguas têm um importante papel na visibilidade e avaliação da produção nacional” (Finardi, 2022, p. 149). Para a autora, o idioma determina o status, a circulação e a avaliação de um artigo, bem como a revista na qual é publicado. Notoriamente, a língua considerada franca para publicações internacionais é a língua inglesa, sendo um dos fatores que influenciam na avaliação de periódicos para indexação nas principais bases de dados internacionais.

⁶ Lançado em 1992, o Programa de Cátedras Unitwin/Unesco promove a cooperação e partilha interuniversitária internacional, a fim de reforçar as capacidades institucionais por meio da partilha do conhecimento e do trabalho em colaboração. Ao mesmo tempo que promovem a diversidade cultural, provaram ser úteis para influenciar decisões políticas, introduzir novas ideias no ensino, originar inovação por meio da investigação e contribuir para o enriquecimento dos programas universitários existentes. Fonte: <https://www.catedraunesco.uevora.pt/>

Dessa forma, Finardi e França (2016) ponderam que a circulação da produção de artigos brasileiros é ainda muito baixa, justamente porque a publicação em periódicos internacionais reconhecidos é escassa. Os autores sugerem que o desenvolvimento de uma política linguística que reflita a realidade e a necessidade da comunidade acadêmica na atualidade possa reduzir esse déficit na circulação do conhecimento produzido no País.

As estratégias das IES que visam qualificar a produção científica em âmbito internacional abarcam a criação de um programa que apoie os docentes e pesquisadores na revisão e tradução da produção científica, a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa com colaboração internacional, o fomento para a participação em grupos de pesquisa internacionais e o estímulo à publicação em periódicos estrangeiros, culminando com a promoção e circulação internacional da pesquisa produzida no Brasil.

Políticas para a Internacionalização da Extensão, Cultura e Arte

As Políticas para a Internacionalização da Extensão, Cultura e Arte nas IES participantes do Programa CAPES PrInt têm como objetivo incorporar uma dimensão internacional e intercultural no conhecimento produzido nas atividades extensionistas, contribuindo para a criação de um ambiente universitário que promova o diálogo e a interconexão entre pessoas, comunidades, culturas e línguas. No Quadro 4, são apresentadas as áreas e estratégias definidas por essas instituições para as Políticas para a Internacionalização da Extensão, Cultura e Arte.

Quadro 4

Políticas para a Internacionalização da Extensão, Cultura e Arte

Área prioritária	Estratégias	Nº de IES que contemplam a estratégia
Internacionalização dos programas e projetos de extensão	Promover a realização de eventos, feiras, exposições e atividades de divulgação que aumentem a visibilidade da internacionalização na comunidade local	15
	Desenvolver ações de extensão que promovam a difusão de diferentes línguas e culturas na comunidade acadêmica	10
	Fomentar a participação de docentes, pesquisadores e estudantes internacionais nos programas e projetos de extensão	3
	Desenvolver programas e projetos de extensão orientados para temáticas globais, considerando as realidades local e regional	2
	Estabelecer parcerias com a sociedade e o poder público para fomentar a internacionalização da extensão	2
	Instituir programas de orientação acadêmica e cultural para os estudantes internacionais	2
	Divulgar os resultados de programas e projetos de extensão em âmbito internacional	2
Internacionalização da cultura e da arte na universidade	Realizar mostras interculturais, com arte, música, dança, literatura, gastronomia, cultura, entre outros, dos países dos estudantes internacionais em eventos institucionais	3
	Promover a difusão cultural sobre a América Latina e Caribe em âmbito internacional por meio de parcerias com embaixadas e outras instituições de cooperação internacional	2
	Estimular a integração intercultural entre estudantes, docentes e pesquisadores nacionais e internacionais, com vistas a preservar as identidades culturais e desenvolver o respeito mútuo	2
	Incentivar o intercâmbio acadêmico com fins culturais	2

Nota: Elaborado a partir dos planos e políticas de internacionalização das instituições que participam do Programa CAPES PrInt.

Na área prioritária internacionalização da extensão, entre as estratégias escolhidas estão a realização de atividades e eventos para a divulgação da temática da internacionalização; o desenvolvimento de programas orientados para a discussão de temáticas globais, regionais e locais; a promoção do conhecimento produzido nas atividades extensionistas em nível internacional; o estímulo às parcerias internacionais com docentes, pesquisadores e/ou estudantes internacionais nas ações de extensão da instituição; e o estabelecimento de interações e busca de oportunidades com a sociedade, movimentos sociais e o poder público. Além disso, prevê-se a realização de ações culturais para a promoção de diferentes culturas e línguas; o incentivo ao intercâmbio acadêmico com fins culturais; a realização de ações que promovam a interculturalidade entre estudantes, docentes e pesquisadores nacionais e internacionais; e a implantação de programa de orientação acadêmica e conhecimento da cultura local para os estudantes estrangeiros.

A análise dessa política indica que as IES priorizaram em seus planos de internacionalização o aumento da visibilidade da temática dentro da instituição e na comunidade local, por meio da realização de eventos, feiras, exposições e atividades de divulgação, como destacado na seguinte ação: “Consolidar, ampliar as redes de pesquisa e aumentar a visibilidade internacional nesta área temática por meio de mobilidade de discentes e docentes e atração de pesquisadores do exterior” (IES 11, 2018, p. 17).

Ainda, observou-se que o desenvolvimento de ações de extensão que promovam a difusão de diferentes línguas e culturas na comunidade acadêmica é uma estratégia escolhida por grande parte das IES que fazem parte do programa em análise. (Esse tema foi tratado em seção específica destinada às Políticas Linguísticas.)

No estudo realizado, identificou-se que as instituições participantes do Programa CAPES PrInt pautam a internacionalização da extensão universitária por meio da organização de debates, fóruns, seminários e palestras focadas na temática. A promoção da participação de docentes, pesquisadores e estudantes estrangeiros nos programas e projetos de extensão, bem como o desenvolvimento de projetos e programas de extensão orientados para temáticas globais, considerando as realidades local e regional, também foram indicados como ações que potencializam a internacionalização da extensão. Essa perspectiva é reforçada por meio do “fortalecimento das vocações da extensão, por áreas temáticas e modalidades de ação (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e produtos) e suas interações nos âmbitos local, regional, nacional e internacional” (IES 12, 2018, p. 3).

A interação entre a universidade e a sociedade também foi contemplada nas estratégias para a internacionalização da extensão por meio de ações que promovem a difusão do conhecimento produzido com base na extensão em nível internacional, bem como de oportunidades de interação entre IES e sociedade, por meio de parcerias com comunidades locais, regionais, internacionais e interculturais, possibilitando a troca de saberes, a aprendizagem mútua e o desenvolvimento sustentável. Uma das formas de alcançar e consolidar as parcerias com a sociedade é o “estabelecimento de parcerias locais, com órgãos governamentais e empresas, para buscar apoio financeiro para as ações de extensão de cunho internacional, evidenciando os benefícios que trazem essas ações para os operadores do turismo e o comércio local” (IES 13, 2018, p. 41).

As estratégias direcionadas para a internacionalização da cultura e da arte também são utilizadas pelas instituições que participam do Programa CAPES PrInt para impulsionar a internacionalização universitária no País. Entre elas, destacam-se a realização de mostras interculturais, com arte, música, dança, literatura, gastronomia, cultura, entre outros, dos países de origem dos estudantes estrangeiros em eventos institucionais, e o incentivo às ações de integração intercultural entre os estudantes, docentes e pesquisadores nacionais e internacionais, com vistas a preservar as identidades culturais e desenvolver o respeito mútuo.

A difusão da cultura da América Latina e Caribe, realizada por meio de parcerias com embaixadas e outras instituições de cooperação internacional, também foi uma estratégia apontada para a internacionalização da cultura e da arte. Destaca-se que a implantação de um programa de orientação acadêmica e cultural local para os estudantes internacionais e o incentivo ao intercâmbio acadêmico com fins culturais também se configuram como ações relevantes contidas nos planos de internacionalização com o objetivo de internacionalizar a extensão, a cultura e a arte. Essas articulações são percebidas no “incentivo e apoio a intercâmbios culturais, nos moldes de um programa para artistas residentes internacionais”, bem como na iniciativa de implantar uma política específica para o fortalecimento das ações culturais de internacionalização (IES 14, 2018, p. 20).

Em geral, a extensão é desconectada das demais missões da universidade no que se refere às ações de internacionalização e focada no desenvolvimento de projetos para a comunidade local (Jones et al., 2021). Ao longo deste estudo, porém, embora as atividades sejam predominantemente para a sociedade local, observa-se que há ações orientadas para temáticas globais, considerando as realidades local e regional. Para Jones et al. (2021), o local e o global estão entrelaçados, e os conceitos que norteiam as atividades relacionadas à terceira missão das universidades, como responsabilidade social e bem público, são tanto globais quanto locais em seu escopo.

No contexto da América Latina e Caribe, as IES precisam promover novas estratégias voltadas para a qualidade universitária e para a responsabilidade social, a fim de “desenhar estratégias, dispositivos e ações que permitam integrar a extensão universitária como função substantiva da universidade na dimensão internacional das instituições de ensino superior” (Buscemi, 2017, p. 232). Vista desse modo, a internacionalização da extensão “deve ser concebida como uma integração solidária, entendida como o conjunto de ações de cooperação interuniversitária de mútuo benefício, na busca de acordos que promovam novos horizontes do conhecimento, o diálogo do conhecimento e o desenvolvimento da região” (Buscemi, 2017, p. 232).

Percebe-se também que grande parte dos planos de internacionalização das instituições, no que se refere à extensão, apresenta mais estratégias do que ações propriamente ditas, indicando a direção que deve ser tomada, mas não a forma específica de alcançá-las. Isso porque esse é um campo que ainda requer um maior aprofundamento teórico e prático para a integração de uma dimensão internacional.

Políticas para a Gestão da Internacionalização

As Políticas para a Gestão da Internacionalização planejadas pelas IES participantes do Programa CAPES PrInt são configuradas a partir de um conjunto de estratégias e ações de gestão que buscam mecanismos para garantir a implementação e a continuidade do processo de internacionalização na instituição. No Quadro 5, são apresentadas as áreas e as estratégias definidas pelas instituições para esse fim.

As estratégias de internacionalização voltadas à gestão institucional presentes nos planos e políticas contemplam a adoção de um plano de desenvolvimento institucional em algumas IES e de planos estratégicos de internacionalização em outras, a difusão da cultura de internacionalização como forma de qualificar as ações acadêmicas e administrativas e o estabelecimento da internacionalização como um compromisso tanto no âmbito da administração central quanto de todas as unidades acadêmicas. Uma das ações em destaque nos documentos institucionais é a efetivação de “um sistema de informação que centralize todos os dados de internacionalização” (IES 7, 2018, p. 8), contemplando as informações relativas a mobilidade acadêmica, afastamentos para o exterior, matrícula de estudantes estrangeiros, registro da participação de docentes e pesquisadores internacionais nos diversos setores da instituição, convênios, recursos humanos e orçamentários, entre outros.

Quadro 5*Políticas para a Gestão da Internacionalização*

Área prioritária	Estratégias	Nº de IES que contemplam a estratégia
Gestão institucional	Criar um banco de dados unificado com todas as informações sobre internacionalização da instituição	12
	Alocar recursos orçamentários e humanos para apoiar o desenvolvimento e a consolidação dessa política de internacionalização	5
	Instituir uma política de empreendedorismo e inovação voltada à internacionalização	4
	Estabelecer a internacionalização da universidade como um compromisso tanto no âmbito da administração central quanto de todas as unidades acadêmicas	3
	Estabelecer mecanismos que garantam a gestão participativa e democrática da política de internacionalização	2
	Estabelecer meios de registro, acompanhamento e divulgação de atividades relacionadas à internacionalização	2
	Difundir a cultura de internacionalização como meio de qualificar as ações acadêmicas e administrativas	2
Infraestrutura	Prover infraestrutura e serviços de apoio à internacionalização	15
	Prover infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades de pesquisa	6
	Criar um centro de idiomas	2
Comunicação	Incorporar diferentes idiomas na gestão acadêmica e administrativa	12
	Promover <i>marketing</i> e ações internacionais da universidade	4
Cooperação internacional	Estabelecer convênios com instituições de educação superior e demais organizações internacionais	23
	Fomentar o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de projetos de cooperação	23
	Formar e consolidar acordos de cooperação	7
	Instituir metas e prioridades nos acordos de cooperação	6
	Desenvolver parcerias de colaboração bilateral no ensino, pesquisa e extensão	5
	Fomentar a utilização de ferramentas tecnológicas de informação e comunicação para o desenvolvimento de cursos e outras atividades acadêmicas em parceria com instituições nacionais e internacionais	1
Capacitação de pessoal acadêmico e administrativo	Promover oportunidades de mobilidade e intercâmbios para docentes, estudantes e pessoal técnico-administrativo	17
	Estimular e promover a capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos, preparando-os para o processo de internacionalização	10
	Ampliar oportunidades de formação profissional e de intercâmbio, inclusive na produção de conhecimentos e produtos tecnológicos inovadores	6
	Instituir e capacitar um grupo de apoio à elaboração de propostas para submissão de propostas às agências de fomento nacionais e internacionais	2
Avaliação e monitoramento	Instituir metas e indicadores para o monitoramento e a avaliação do desenvolvimento do processo de internacionalização	16
	Avaliar e reavaliar os indicadores de produção científica internacional dos pesquisadores da instituição, envolvendo a comunidade acadêmica no exame dos resultados e no estabelecimento de metas	4

Nota: Elaborado a partir dos planos e políticas de internacionalização das instituições que participam do Programa CAPES PrInt.

Os dados da pesquisa revelaram que as instituições têm voltado a atenção da gestão para a internacionalização para a unificação de sistemas que reúnam informações sobre o processo de toda instituição, já que, normalmente, elas estão diluídas em diversos setores e sistemas. A unificação dos dados facilita o acompanhamento e melhoria do processo e norteia novas ações a partir das lacunas encontradas.

As estratégias vinculadas à gestão institucional do processo de internacionalização também contemplam ações de vinculação em associações internacionais, o estabelecimento de apoio a comissões e comitês governamentais envolvidos com questões internacionais, a instituição de política de empreendedorismo e inovação voltada à internacionalização, a criação de estrutura organizacional administrativa ligada à reitoria para a gestão do processo de internacionalização, o fortalecimento da imagem e a inserção da universidade nos cenários local, regional e internacional, e, por fim, a destinação de recursos orçamentários e humanos para apoiar o desenvolvimento e a consolidação dessa política.

Já as estratégias de internacionalização relacionadas à infraestrutura presentes nos planos e políticas das IES analisadas contemplam os seguintes indicadores: infraestrutura e serviços de apoio à internacionalização com a finalidade de compartilhamento de ações de internacionalização e dos conhecimentos produzidos e/ou adquiridos no exterior; criação ou aperfeiçoamento de centro de idiomas, com conceitos e estruturas modernas, com uso de tecnologias e metodologias contemporâneas para o ensino e a aprendizagem de língua estrangeira destinada à comunidade acadêmica e para o ensino de português destinado a estudantes internacionais. A importância dessas ações é destacada, por exemplo, na seguinte estratégia: “implantar o centro de idiomas com espaço físico específico e suporte de servidores técnico-administrativo” (IES 15, 2018, p. 20). Conforme observado na pesquisa, há grande incidência na busca pela melhoria da infraestrutura de salas, laboratórios e espaços de convivência para o recebimento de pesquisadores, professores e estudantes estrangeiros, bem como nos serviços prestados a esses atores, como apoio na chegada, na busca por moradia, arranjo de documentações, na questão linguística e na sua inclusão a rotinas e atividades acadêmicas, etc.

As estratégias de internacionalização voltadas à gestão da comunicação estão pautadas nos seguintes indicadores: incorporação de diferentes idiomas na gestão institucional, por meio da utilização de diferentes línguas nos canais oficiais, emissão da documentação acadêmica em outros idiomas e sinalização do campus em línguas estrangeiras; estabelecimento de estratégias de marketing e promoção internacional da universidade; e identificação da necessidade de criação de um plano de comunicação para promover as IES nacional e internacionalmente. Como exemplo dessas estratégias, destaca-se a implantação e a “importância da sinalização dos campi em línguas estrangeiras” (IES 13, 2018, p. 26).

As estratégias de internacionalização voltadas à cooperação internacional compreendem estabelecer ou fortalecer convênios com instituições de educação superior e demais organizações internacionais voltadas ao ensino, pesquisa e extensão; instituir metas e prioridades nos acordos de cooperação; fomentar o estabelecimento ou fortalecer parcerias existentes para o desenvolvimento de projetos de cooperação; e fomentar a utilização de ferramentas tecnológicas de informação e comunicação para o desenvolvimento de cursos e outras atividades acadêmicas em parceria com instituições nacionais e internacionais. As estratégias destinadas à gestão da cooperação internacional se constituem como uma área prioritária das Políticas para a Gestão da Internacionalização, e “cooperação internacional na educação superior deve ser baseada na solidariedade e no respeito mútuo, além da promoção de valores humanísticos e diálogo intercultural” (IES 16, 2018, p. 6). Além disso, evidenciou-se a necessidade de “aprimorar os procedimentos legais para tramitação de acordos

de cooperação acadêmica” (IES 16, 2018, p. 26), com vistas a aperfeiçoar os acordos e convênios com outras instituições.

As estratégias de internacionalização voltadas à gestão da capacitação de pessoal acadêmico e administrativo contemplam a preparação de seus servidores para a internacionalização, com a adoção de política que estimula o afastamento de docentes e pessoal técnico-administrativo para qualificação, tanto no Brasil como no exterior; expansão de oportunidades de formação profissional e de intercâmbio, inclusive na produção de conhecimentos e produtos tecnológicos inovadores; promoção e divulgação internacional dos processos de seleção para estudantes e docentes, assim como a admissão de docentes visitantes estrangeiros em seus quadros. Além disso, também fazem parte das estratégias: a realização de acompanhamento sistemático e programado do quadro docente, discente ou técnico-administrativo participante de mobilidade internacional, possibilitando maneiras de aproveitar suas experiências no retorno ao País; o fortalecimento da infraestrutura e do serviço bilíngue ao acolher estrangeiros, por meio de cursos de idiomas para funcionários, professores e estudantes; o estabelecimento e capacitação de grupo de apoio à elaboração de propostas para submissão de propostas às agências de fomento nacionais e internacionais; a indicação de rotinas de trabalho da equipe integrada ao capacitar os recursos humanos necessários; a escolha de mecanismos que assegurem a gestão participativa e democrática da política de internacionalização; e a instituição de meios de registro, acompanhamento e divulgação de atividades relacionadas à internacionalização. Destaca-se a importância dessas ações na estratégia: “avaliar a política de estímulo à realização de estágio pós-doutoral no exterior pelos professores e de qualificação no exterior pelos servidores técnico-administrativos” (IES 15, 2018, p. 13).

Por sua vez, as estratégias voltadas ao processo de avaliação e monitoramento contemplam a definição de metas e indicadores para o monitoramento e a avaliação do desenvolvimento do processo de internacionalização; o acompanhamento sistemático desses indicadores; a admissão de avaliação via indicadores de qualidade reconhecidos internacionalmente; e a apreciação e reavaliação dos indicadores de produção científica internacional dos pesquisadores da instituição. Além disso, a avaliação e o monitoramento da internacionalização devem prever o envolvimento da comunidade acadêmica no exame dos resultados e no estabelecimento de metas, bem como a utilização de indicadores de qualidade reconhecidos internacionalmente.

São exemplos de estratégias voltadas para a avaliação e o monitoramento identificadas nas políticas e planos de internacionalização das universidades que participam do Programa CAPES PrInt o estabelecimento de “uma cultura de planejamento estratégico, prospecção de parcerias, monitoramento e avaliação das ações de internacionalização” (IES 5, 2018, p. 33), e “a elaboração e gestão da execução do plano institucional de internacionalização: a definição de diretrizes para uma política de internacionalização” (IES 17, 2018, p. 8).

A gestão tem um papel preponderante para o êxito no desenvolvimento do processo de Internacionalização da Educação Superior. Muitas vezes, ela é conduzida por um setor voltado exclusivamente para essa atividade. Para tanto, é necessário que a equipe esteja capacitada para essa atuação. Segundo Gacel-Ávila (2000), é necessário que a gestão da internacionalização seja composta por pessoas que tenham experiência com atividades internacionais, liderança administrativa e acadêmica e aptidões interculturais. As estratégias voltadas à capacitação de pessoal técnico-administrativo revelam que as instituições têm investido na capacitação de seus colaboradores, apoiando tanto a formação técnica quando o intercâmbio para a troca de experiências.

Outra preocupação da gestão é a busca por uma política linguística que consiga preparar a comunidade acadêmica para o recebimento de estrangeiros e os membros da comunidade acadêmica local para o exterior. Nessa direção, também se reconhece a necessidade de as instituições promoverem oportunidades de mobilidade e intercâmbios internacionais para docentes, estudantes e

pessoal técnico-administrativo, como forma de capacitar a comunidade acadêmica para sua efetiva inserção no processo de Internacionalização da Educação Superior.

Em relação à cooperação acadêmica internacional, as instituições participantes mostram inúmeras ações, sendo notório o papel preponderante da cooperação para o desenvolvimento de ações estratégicas de internacionalização. Uma das formas de ampliar e fortalecer a cooperação acadêmica é a “participação em programas e em redes de universidades que oferecem oportunidades de mobilidade acadêmica e de cooperação científica” (IES 13, 2018, p. 27). Para Sebastián (2004), a cooperação acadêmica internacional é:

[...] um conjunto de atividades realizadas entre instituições universitárias que, por meio de múltiplas modalidades, implica em associação e colaboração em temas de política e gerenciamento institucionais; treinamento, pesquisa, extensão e vinculação para fortalecimento mútuo e projeção institucional; a melhoria da qualidade do ensino; o aumento e a transferência de conhecimento científico tecnológico; e a contribuição para a cooperação para o desenvolvimento. (p. 20)

Entre os tipos de colaboração internacional, é possível classificar as cooperações acadêmicas como horizontais e verticais. As verticais se caracterizam pela relação doador-receptor orientada para a ajuda ou assistência, já as horizontais refletem um benefício mútuo e uma relação de parceria entre as instituições cooperantes (Knight, 2005).

Nas estratégias analisadas, pode-se observar que ambas as cooperações, horizontal e vertical, estão presentes nos planos de internacionalização das IES, como é possível verificar no trecho: “A internacionalização ativa pressupõe cooperação em todas as suas formas: cooperação científica, tecnológica, acadêmica; e em seus diferentes níveis, tanto a cooperação horizontal e vertical quanto bilateral, multilateral, entre outras, principalmente voltadas para o âmbito da cooperação interinstitucional” (IES 16, 2017, p. 9).

Em relação à avaliação e ao monitoramento da internacionalização, os dados da pesquisa permitem concluir que não há um único modelo de internacionalização, e a avaliação conta com diversos indicadores e ferramentas, dependendo das razões, abordagens, objetivos e estratégias de cada país, região ou instituição (De Wit, 2009). Evidencia-se a importância dessas ações na estratégia: “[...] esse acompanhamento ocorrerá por meio da análise de métricas e indicadores obtidos a partir do monitoramento constante das ações no âmbito da internacionalização” (IES 18, 2017, p. 22).

Segundo Beerkens et al. (2010), a forma de mensurar a internacionalização pode ser dividida em três itens básicos: o mapeamento (onde está posicionada a instituição); a avaliação dos esforços (estratégias e ações); e a definição de um perfil organizacional em termos de internacionalização. Segundo os autores, para que isso ocorra, é necessário identificar o que será medido – diferentes aspectos da cadeia de metas e resultados, tipo de atividade desenvolvida e nível de internacionalização em que a instituição se encontra. Tanto o mapeamento quanto a avaliação são ferramentas essenciais para manter, reavaliar e melhorar o processo de internacionalização e alcançar os objetivos institucionais de forma controlada.

No decorrer da análise, verificou-se vários esforços das IES em oferecer meios para realizar o monitoramento, envolvendo a comunidade acadêmica, e acompanhamento dos dados de suas metas, demonstrando o compromisso institucional com a Internacionalização da Educação Superior.

Considerações Finais

O Programa CAPES PrInt é um marco na trajetória da Internacionalização da Educação Superior no Brasil, pois expressa uma ampliação da perspectiva de internacionalização no País. Parte de um foco em programas pontuais e individualizados, destinados a pesquisadores e/ou estudantes e a programas de pós-graduação qualificados, para uma perspectiva de internacionalização abrangente,

na medida em que objetiva estabelecê-la na instituição de forma ampla. Essa mudança respeita a autonomia universitária, pois delega às instituições a proposição de um plano de internacionalização adequado a sua missão e seus fins.

De maneira complementar, reforça o papel propositivo da CAPES no processo de Internacionalização da Educação Superior no País, que intencionalmente orienta a perspectiva a ser adotada do mesmo modo que influencia nos critérios de qualidade universitária. Igualmente, destaca a importância da internacionalização como integrante do planejamento estratégico institucional, expresso em plano e/ou política de internacionalização.

Contudo, ao privilegiar um seleto grupo de instituições no Programa CAPES PrInt, com o objetivo de fomentar a institucionalização do processo de internacionalização em IES que têm o processo já consolidado, a CAPES deixou de adotar ações e programas complementares que efetivamente constituíssem uma política pública voltada à consolidação desse processo em todo o sistema brasileiro de Educação Superior. No momento, o incentivo à internacionalização para as demais IES brasileiras constitui-se, majoritariamente, na forma de fomento à mobilidade acadêmica.

O presente texto teve como objetivo analisar as estratégias de internacionalização contidas nos planos e políticas das IES brasileiras que participam do Programa CAPES PrInt. Entre elas, não há predominância de apenas um modelo de internacionalização – como os mais amplamente conhecidos Internacionalização em Casa, Internacionalização do Currículo, Internacionalização Integral e Mobilidade Acadêmica –, mas convívio entre eles na busca por uma identidade de internacionalização que reflita os valores e a missão da Educação Superior brasileira.

Em relação às Políticas para a Internacionalização do Ensino, observou-se que a internacionalização do currículo é prioritária, com marcada perspectiva de formação no exterior. É reconhecida a importância da mobilidade acadêmica, com destaque para a atração de professores e pesquisadores internacionais. As Políticas Linguísticas, como integrantes das estratégias para a internacionalização do ensino, concentram-se na oferta de cursos de línguas estrangeiras e de português como língua adicional, e na oferta de disciplinas em língua estrangeira, na graduação e/ou pós-graduação.

Nas Políticas para a Internacionalização da Pesquisa, destaca-se o fomento à produção acadêmica em parceria com pesquisadores estrangeiros e a publicação em periódicos internacionais, aumentando a visibilidade da produção acadêmica das IES brasileiras. De maneira adicional, há também a busca pela criação de redes colaborativas internacionais na proposição de projetos que culminarão com as ações propostas.

A extensão universitária começa a ocupar um espaço nas estratégias para a internacionalização das IES brasileiras, a partir do fomento da perspectiva da internacionalização abrangente enfatizada pelo Programa CAPES PrInt. Entre as ações prioritárias contidas nas Políticas para a Internacionalização da Extensão, Cultura e Arte, destaca-se a dimensão da interculturalidade, expressa na realização de eventos que promovam a visibilidade da internacionalização na comunidade local e a difusão de diferentes línguas e culturas na comunidade acadêmica.

As Políticas para a Gestão da Internacionalização demonstram que as IES brasileiras participantes do Programa CAPES PrInt objetivam alcançar a internacionalização abrangente, ao prover recursos e infraestrutura de apoio, visibilidade internacional da instituição, capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, adoção de diferentes línguas estrangeiras na gestão universitária, parcerias e convênios, sistema para controle das informações e estabelecimento de metas e indicadores que possibilitem avaliar esse processo.

Os dados da pesquisa indicam que nas 36 universidades brasileiras selecionadas para o Programa CAPES PrInt, as políticas e os planos para internacionalizar a instituição implicam na formação de recursos humanos de alto nível, mediante um currículo internacionalizado e da pesquisa por meio de redes colaborativas com parcerias internacionais. Esse processo é permeado pela

coconstrução entre brasileiros e estrangeiros, com o intuito de atingir a internacionalização abrangente da instituição. Os recursos orçamentários e humanos e a provisão de infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades de internacionalização são fundamentais para apoiar o desenvolvimento e consolidação das políticas apresentadas pelas IES brasileiras. Ao estabelecerem meios de registro, acompanhamento e divulgação de atividades relacionadas à internacionalização, as IES qualificam as ações acadêmicas e administrativas, possibilitando visibilidade e inserção em âmbitos local e internacional. A gestão participativa e democrática das políticas de internacionalização demonstra que as IES brasileiras participantes do Programa CAPES PrInt objetivam alcançar a internacionalização integral.

A relevância desta pesquisa está na sua contribuição para as discussões acerca do processo de Internacionalização da Educação Superior, com destaque para ações significativas que impulsionem a internacionalização das instituições brasileiras.

Referências

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70 Brasil.
- Beerkens, E., Brandenburg, U., Evers, N., Gaalen, A. V., Leichsenring, H., & Zimmermann, V. (2010). *Indicator projects on internationalisation: Approaches, methods and findings. A report in the context of the European project "Indicators for Mapping & Profiling Internationalisation" (IMPI)*. CHE Consult.
- Buscemi, A. (2018). La internacionalización de la extensión universitaria en clave de integración regional. La experiencia de la Universidad Nacional del Litoral. +E: *Revista De Extensión Universitaria*, 7(7), 226-233. <https://doi.org/10.14409/extension.v0i7.7067>.
- Childress, L. K. (2009). Internationalization Plans for Higher Education Institutions. *Journal of Studies in International Education*, 13(3), 289–309. <https://doi.org/10.1177/1028315308329804>.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Edital nº. 41/2017 Programa Institucional de Internacionalização – Capes-PrInt*. (2017). <https://www.gov.br/Capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017Edital412017InternacionalizacaoPrInt2.pdf>.
- De Wit, H. (2009). Measuring success in the internationalisation of higher education: An introduction. In De Wit, H. (Eds.). *Measuring success in the internationalisation of higher education* (pp. 1-8). European Association for International Education.
- De Wit, H. (2017). Misconceptions about (the end of) internationalization, challenges and opportunities for the future. *Revista Educación Superior y Sociedad*, 21(21) 65-78. <https://www.iesalc.unesco.org/ess/index.php/ess3/article/view/27>.
- De Wit, H., Hunter, F., Howard, L., & Egron-Polak, E. (Eds.). (2015). *Internationalisation of higher education*. European Parliament. <https://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/ideas/article/view/3153>.
- Fávero, A. A., & Trevisol, M. G. (2020). Ensino superior e internacionalização: Atores e desafios. *Série-Estudos*, 25(53), 35-60. <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v25i53.1367>.
- Finardi, K. (2022). As línguas e rankings no Oscar da internacionalização das produções científicas latino-americanas. *Estudos Linguísticos*, 51(1), 147-161. <https://doi.org/10.21165/el.v51i1.3180>.
- Finardi, K., & França, C. (2016). O inglês na internacionalização da produção científica brasileira: Evidências da subárea de linguagem e linguística. *Interseções*, 9(19), 234-250. <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaIntersecoes/article/view/1284/1167>.
- Gacel-Ávila, J. (2000). *La internacionalización de las universidades mexicanas: Políticas y estrategias institucionales*. Anuies.

- Gacel-Ávila, J. (2018). Educación superior, internacionalización e integración en América Latina y el Caribe. In P. H. Guajardo (Coord.). *Conferencia Regional de Educación Superior de América Latina y el Caribe – Córdoba, 2018 (Resúmenes ejecutivos)* (pp. 45-85). IESALC.
- Hudzik, J. K. (2015). *Comprehensive internationalization: institutional pathways to success*. Routledge.
- Jones, E., Leask, B., Brandenburg, U., & De Wit, H. (2021). Global social responsibility and the internationalisation of higher education for society. *Journal of Studies in International Education*, 25(4), 330-247. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10283153211031679>.
- Knight, J. (2004). Internationalization remodeled: Definitions, rationales, and approaches. *Journal for Studies in International Education*, 8(1), 5-31. <https://doi.org/10.1177/1228315303260832>.
- Knight, J. (2005). An internationalization model: responding to new realities and challenges. In De Wit, H., Jaramillo, I.C., Gacel-Ávila, J., & Knight, J. (Eds.) *Higher education in Latin America: The international dimension* (pp. 31-68). The World Bank.
- McManus, C., & Nobre, C. (2017). Brazilian scientific mobility program - Science without Borders - Preliminary results and perspectives. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 89(1), 773-786. <https://doi.org/10.1590/0001-3765201720160829>.
- Mittelmeier, J., Rienties, B., Gunter, A. & Raghuram, P. (2021). Conceptualizing internationalization at a distance: A “third category” of university internationalization. *Journal of Studies in International Education*, 25(3), 266–282. <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1028315320906176>.
- Morosini, M. C. (2021). Internacionalização da educação superior no Brasil e desafios no contexto do Sul Global. *Revista Educação Superior y Sociedad*, 33(1), 361-383. <https://www.iesalc.unesco.org/ess/index.php/ess3/article/view/v33i1-13/269>.
- Morosini, M. C., & Dallacorte, M.G. (2021). Internacionalização da educação superior. In: M. C. Morosini, *Enciclopédia Brasileira de Educação Superior*. EdPUCRS.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2022, outubro 9). *Fluxo global de estudantes de nível terciário*. <http://uis.unesco.org/en/uis-student-flow>.
- Pastor, G., & Torres, L. (2018). Territorios y paisajes en(red)ados en América Latina. Desafíos y tensiones en la formación de redes para la internacionalización universitaria. *Estudios Avanzados*, 28, 156-169. <https://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/ideas/article/view/3153>
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1992). Manual de investigação em ciências sociais. *Gradiva*.
- Rosa, C. C. R., Stallivieri, L., Dalmau, M. B. L., Tosta, K. C. B. T., & Prado, A. F. B. A. (2021). O perfil dos gestores do Programa de Internacionalização (CAPES-PrInt). *Revista Estudos de Pesquisas em Administração*, 5(3). <https://doi.org/10.30781/repad.v5i3.13276>.
- Sebastián, J. (2004). *Cooperação e internacionalização das universidades*. Editorial Biblos.
- Silva, K., Pereira, L. S. M., & Araújo, I. T. (2019). Internacionalização e políticas linguísticas: Análise dos elementos de conceituação e das ações presentes no Plano de Internacionalização da Universidade de Brasília (UnB). *SFU Educational Review*, 12(3), 127–145. <https://doi.org/10.21810/sfuer.v12i3.1018>.
- Stallivieri, L. (2017). Compreendendo a internacionalização da educação superior. *Revista de Educação do Cogeime*, 26(50), 15-36. <http://dx.doi.org/10.15599/0104-4834/cogeime.v26n50p15-36>.
- Toscano Ruiz, D. F., Navas Chancay, C. L., & Villacres Borja, R. M. (2017). La gestión extensionista del proceso de internacionalización de la universidad. *Revista Conrado*, 13(58), 105–112. <https://conrado.ucf.edu.cu/index.php/conrado/article/view/482>.
- Woicolesco, V. G., Cassol-Silva, C. C., & Morosini, M. (2022). Internationalization at Home and Virtual: A sustainable model for Brazilian higher education. *Journal of Studies in International Education*, 26(2), 222-239. <https://doi.org/10.1177/10283153221076898>.

Sobre o Autores

Marília Costa Morosini

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

marilia.morosini@pucrs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3445-1040>

Pós-doutorado no LILLAS/Universidade do Texas. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS. Prêmio Pesquisador Gaúcho 2021 – FAPERGS. Coordenadora do Centro de Estudos em Educação Superior – CEES/PUCRS. Coordenadora Rede Sul-brasileira de Investigadores da Educação Superior - RIES. Pesquisadora 1A do CNPQ. Editora da *Enciclopédia de Pedagogia Universitária* INEP/RIES e EBES – *Enciclopédia Brasileira de Educação Superior*-FAPERGS/CNPq/RIES. Organizadora do Guia de Internacionalização Universitária (2019) e autora do livro, *Estado de Conhecimento: Teoria e Prática* (2020).

Vanessa Gabrielle Woicolesco

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

vanessa.woicolesco@unila.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3058-8808>

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Educação, pós-graduada em Fundamentos Filosóficos e Políticos da Educação, em Gestão de Centros de Socioeducação, licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste Paraná (UNIOESTE). Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Integra o Centro de Estudos do Ensino Superior – CEES/PUCRS, e os grupos de pesquisa UNIVERSITAS/RIES, Grupo de Estudos sobre a Universidade - GEU/Unemat/UFMT e Grupo de Investigação em Estudos Decoloniais - GPED/UFMS.

Jocelia Martins Marcelino

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

jocelia.marcelino@edu.pucrs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3997-1555>

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bolsista CAPES/PROEX I, Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta. Integra o Centro de Estudos em Educação Superior – CEES/PUCRS, e os grupos de pesquisa UNIVERSITAS/RIES, Núcleo de Estudo e Pesquisa em Práticas Sociais (Unicruz) e Grupo de Estudos sobre a Universidade - GEU/Unemat/UFMT. Autora do livro: *Internacionalização da Educação Superior e a Construção da Cidadania Global: Existem Conexões Possíveis?* Série RIES/Pronex (2021).

David Jorge Rodrigues Hatsek

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

david.hatserk@edu.pucrs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8297-9774>

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bolsista CAPES/PROEX, Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional e pós-graduado em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria, licenciado em Matemática pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e bacharel em Administração pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Integra o Centro de Estudos em Educação Superior –

CEES/PUCRS, e os grupos de pesquisa UNIVERSITAS/RIES (CEES/PUCRS), Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional (GESTAR/UFSM) e Grupo de Estudos sobre a Universidade - GEU/Unemat/UFMT.

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 31 Número 82

1 de agosto 2022

ISSN 1068-2341



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. Os artigos que aparecem na AAPE são indexados em CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (Espanña), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, Socolar (China).

Sobre o Conselho Editorial: <https://epaa.asu.edu/ojs/about/editorialTeam>

Para erros e sugestões, entre em contato com Fischman@asu.edu

EPAA Facebook (<https://www.facebook.com/EPAAAPE>) **Twitter feed** @epaa_aape.